

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 1000/2005 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministro da Defesa Nacional, por proposta do general Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 1.º, do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, conjugado com o n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de Fevereiro, nomear o MAJ/PILAV 074376-D, Hélder Nélson Martins Benício da Silva Rebelo, para o cargo «AGK O3F 0070 PILOT» na NAEW&CF E3A Component em Geilenkirchen, Alemanha, em substituição do TCOR/PILAV 059564-A, António José de Matos Branco, que fica exonerado do referido cargo.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005.

23 de Setembro de 2005. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *João Titterington Gomes Cravinho*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 21 314/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Setembro de 2005 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais:

João Manuel de Matos Fernandes, reverificador assessor principal — nomeado pelo período de três anos vogal aduaneiro permanente do Conselho Técnico Aduaneiro, com efeitos a partir de 19 de Setembro de 2005.

20 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 21 315/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Setembro de 2005 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais:

António Manuel Correia Valente, reverificador assessor principal — nomeado pelo período de três anos vogal aduaneiro permanente do Conselho Técnico Aduaneiro, com efeitos a partir de 19 de Setembro de 2005.

20 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 8806/2005 (2.ª série). — Por despachos do director de serviços de Recursos Humanos da Direcção Regional de Educação do Norte e da subdirectora-geral dos Impostos, por delegação de competências do director-geral, de 16 de Setembro e de 24 de Maio de 2005, respectivamente:

Maria Helena Teixeira Costa Sousa, assistente administrativa do quadro de vinculação de pessoal não docente do Porto — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças do Porto. (Isento de fiscalização prévia.)

28 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 8807/2005 (2.ª série). — Por despachos do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa e da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 18 de Agosto e de 22 de Julho de 2005, respectivamente:

Cristina Maria Marques Rovisco Rodrigues Prata de Abreu Ventura, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa — transferida para idêntico lugar do quadro

de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Lisboa. (Isento de fiscalização prévia.)

28 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 8808/2005 (2.ª série). — Por despachos do secretário-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do director-geral dos Impostos de 12 e de 1 de Setembro de 2005, respectivamente:

Maria de Lurdes Neves Barrete Caldeira, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Lisboa. (Isento de fiscalização prévia.)

28 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho n.º 21 316/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 24 de Maio, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de director de serviços de Avaliações, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro, e no artigo 10.º da Portaria n.º 257/2005, de 16 de Março.

2 — De acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, este procedimento encontra-se válido, devendo prosseguir os seus termos ao abrigo da legislação em vigor à data da sua abertura.

3 — O n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê que «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

4 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, na redacção primitiva aplicável a este procedimento, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

5 — Analisadas as 11 candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato licenciado Alfredo Serra Mendes cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

6 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o técnico de administração tributária assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciado Alfredo Serra Mendes para o cargo de director de serviços de Avaliações.

7 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 12 de Setembro de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

12 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Síntese curricular

Nome — Alfredo Serra Mendes.

Data do nascimento — 28 de Fevereiro de 1952.

Naturalidade — Barco, Covilhã.

Estado civil — casado.

Licenciado em Agronomia (agro-indústrias) com média final de 14,2 valores.

Estágio curricular no IGEF de 6 de Setembro de 1976 a 6 de Março de 1977.

Responsável pelo Sector de Cálculo e Avaliações da Divisão de Avaliação e indemnizações do IGEF (MAP) entre 1977 e 1982.

Assessor do Secretário de Estado da Estruturação Agrária em 1982 e 1983.

Transferido para a Divisão de Estudos e Bases de Avaliação do ex-Instituto Geográfico e Cadastral (IGC) em 1984.

Responsável pela elaboração dos relatórios e determinação de tarifas em vários municípios do País.

Representante do IGC, junto da comissão de reforma fiscal, 7.º grupo de trabalho (1986-1987), na elaboração do código da contribuição autárquica e anteprojecto do código de avaliações.

Chefe da delegação do IGC do Alentejo de 31 de Março de 1988 a 1 de Janeiro de 1990.

Vogal do conselho técnico de avaliação do IGC de 1987 até à transferência para a DGCI em 1990.
 Chefe de divisão na Direcção de Serviços de Avaliações da DGCI de Setembro de 1991 a Fevereiro de 1994.
 Professor na Escola de Cartografia e Cadastro nos anos lectivos de 1991-1992, 1992-1993 e 1993-1994.
 Director de serviços de Estruturas Vitícolas no IVV de 28 de Fevereiro de 1994 a 2 de Março de 1998, coordenação da execução do cadastro vitícola do País e implementação do sistema de informação geográfico vitícola (SIG-V), projecto comunitário.
 Chefe de divisão de Estudos da Direcção de Serviços de Avaliações da DGCI de 2 de Março de 1998 a Maio de 2002.
 Director de serviços de Avaliação da DGCI, em regime de substituição desde Maio de 2002.

Direcção-Geral do Tesouro

Relatório n.º 8/2005. — *Informação estatística sobre operações de crédito à habitação (Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro).* — O Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, aprovou o regime de concessão de crédito à habitação, construção e realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria, secundária ou de arrendamento, nos regimes geral de crédito, crédito bonificado e crédito jovem bonificado.

De acordo com o estabelecido no n.º 5 do artigo 26.º-A do referido diploma, a Direcção-Geral do Tesouro promove a publicação de relatórios trimestrais contendo informação estatística sobre as operações de crédito contratadas ao abrigo do mesmo diploma.

Assim sendo, e na sequência das publicações já efectuadas na *Diário da República*, 2.ª série, divulga-se agora a informação estatística do crédito à habitação referente ao 2.º trimestre do ano de 2005:

1 — Continente:

1.1 — Número, montante e valor médio dos empréstimos contratados:

(Em milhares de euros)

Regime geral	Abril	Maio	Junho	2.º trimestre
Número	12 881	13 377	13 897	40 155
Valor	1 004 751	1 176 146	1 235 342	3 416 239
Valor médio	78	87,9	88,9	85,1

1.2 — Variações homólogas 2005-2004:

Crédito à habitação própria (Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro)	Variações homólogas 2005-2004 (2.º trimestre) — Percentagem
Regime geral:	
Número de contratos	7,01
Montante global	11,97

1.3 — Número e montante dos empréstimos em vigor em 30 de Junho de 2005:

Crédito à habitação própria (Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro)	Quantidades
Regime geral:	
Número de contratos	972 011
Montante global (*)	52 700
Regimes bonificados:	
Jovem bonificado:	
Número de contratos	279 811
Montante global (*)	13 903
Outro bonificado:	
Número de contratos	250 268
Montante global (*)	8 893

Crédito à habitação própria (Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro)	Quantidades
Subtotal:	
Número de contratos	530 079
Montante global (*)	22 796
Totais:	
Número de contratos	1 502 090
Montante global (*)	75 496

(*) Unidade: milhões de euros.

Nota. — A informação disponível apenas contempla os dados obtidos junto das instituições de crédito.

2 — Região Autónoma da Madeira:

2.1 — Número, montante e valor médio dos empréstimos contratados:

(Em milhares de euros)

Regime geral	Abril	Maio	Junho	2.º trimestre
Número	305	306	410	1 021
Valor	29 205	28 775	35 719	93 699
Valor médio	95,8	94	87,1	91,8

2.2 — Variações homólogas 2005-2004:

Crédito à habitação própria (Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro)	Variações homólogas 2005-2004 (2.º trimestre) — Percentagem
Regime geral:	
Número de contratos	23,76
Montante global	25,79

2.3 — Número e montante dos empréstimos em vigor em 30 de Junho de 2005:

Crédito à habitação própria (Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro)	Quantidades
Regime geral:	
Número de contratos	19 925
Montante global (*)	1 277
Regimes bonificados:	
Jovem bonificado:	
Número de contratos	3 038
Montante global (*)	187
Outro bonificado:	
Número de contratos	2 574
Montante global (*)	111
Subtotal:	
Número de contratos	5 612
Montante global (*)	298
Totais:	
Número de contratos	25 537
Montante global (*)	1 575

(*) Unidade: milhões de euros.

Nota. — A informação disponível apenas contempla os dados obtidos junto das instituições de crédito.